

ano 23 – n. 84 | abril/junho – 2022  
Belo Horizonte | p. 1-212 | ISSN 1808-5628  
R. bras. de Dir. mun. – RBDM

**Revista Brasileira de  
DIREITO MUNICIPAL**

**RBDM**

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

## DOCTRINA

### ARTIGOS

A presença do Parque Municipal Henrique Luís Roessler (Parcão) no Centro Histórico de Hamburgo Velho, Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul)

<b>Jorge Luís Stocker Júnior, Cinara de Araújo Vila</b> .....	9
1 A presença do Parque Municipal Henrique Luís Roessler (Parcão) no Centro Histórico de Hamburgo Velho, Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul) .....	9
1.1 O Município de Novo Hamburgo .....	11
1.2 Mobilizações em defesa do patrimônio arquitetônico .....	12
1.3 Mobilizações em defesa do patrimônio natural .....	14
1.4 Instituição do parque .....	16
1.5 “Novo Parcão”: novas mobilizações e a revitalização .....	18
2 Conclusão .....	20
Referências .....	21

Responsabilidade civil do Estado por intervenção no domínio econômico

<b>Marcelo Cheli de Lima</b> .....	23
1 Introdução .....	23
2 Da irresponsabilidade estatal à responsabilidade pública .....	24
3 Responsabilidade civil: conceito, espécies e pressupostos .....	27
4 Ordem econômica: conceito .....	28
4.1 Posicionamento econômico estatal: Estado liberal, intervencionista ou regulador .....	31
4.2 Formas de intervenção do Estado na ordem econômica .....	34
5 Responsabilidade civil do Estado por intervenção no domínio econômico .....	36
5.1 Posição doutrinária .....	36
5.2 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	38
5.2.1 O caso Varig .....	38
5.2.2 O caso Destilaria Alto Alegre .....	41
6 Conclusão .....	43
Referências .....	45

A possibilidade para contratação por inexigibilidade de licitação pela Administração Pública para serviços técnicos especializados em auditoria e consultoria contábil e financeira de acordo com a Lei nº 14.133/2021

<b>Rodrigo Silveira Diniz Machado, Ricardo Chaves de Castro</b> .....	47
1 Introdução .....	48
2 A utilização da licitação pela Administração Pública .....	48
2.1 Licitação: conceito e aplicação no Brasil .....	48
2.2 Breve análise da competência legislativa sobre a licitação .....	50
3 Serviços técnicos especializados em auditoria e consultoria contábil orçamentária e financeira em razão da inexigibilidade de licitação .....	52
3.1 Atualização da Lei nº 14.133/2021 e a inexigibilidade de licitação .....	52
3.2 Dispensa e inexigibilidade de licitação .....	53
3.3 Possibilidade de contratação de serviços técnicos especializados em auditoria e	

	consultoria contábil e financeira por meio da inexigibilidade de contratação .....	60
4	Considerações finais .....	65
	Referências .....	66

## PARECERES

### PGM – parecer singular nº 1.222

<b>Daniela Copetti Cravo</b> .....	71
1 Introdução .....	72
2 Desenvolvimento – análise jurídica .....	72
2.1 Órgãos públicos e decreto.....	72
2.2 Ouvidorias .....	75
2.3 Ouvidoria-Geral do Município (OGM) de Porto Alegre .....	76
3 Conclusão .....	77

### PGM – parecer

<b>Fernanda Oliveira de Souza</b> .....	79
1 Da natureza do termo de compromisso ambiental.....	81
1.1 Da natureza das multas – ambiental x cláusula penal .....	81
2 Da abusividade da cláusula penal do termo de compromisso ambiental. Possibilidade de revisão .....	86
3 Conclusão .....	88

### Parecer nº 541/2020

<b>Cristiane Bandeira da Silva</b> .....	91
1 Apresentação.....	91
2 Histórico da caracterização urbanística da área .....	94
3 Quanto ao mérito .....	99
3.1 Proposta de alteração do zoneamento (área remanescente) de ZR1-E e ZE-AIP para ZR1 ou ZR5, sem apresentação de concepção preliminar quanto ao uso e ocupação ...	99
3.2 Relevância ambiental da área e o IC nº 00782.00067/2013 .....	101
3.2.1 Das ações executadas pela Administração Municipal, para agregação de áreas ao Parque dos Pinheiros, observando aplicação do princípio da vedação do retrocesso urbano-ambiental .....	103
3.3 Aplicação do princípio da vedação do retrocesso urbanístico-ambiental.....	105
3.3.1 Comparação preliminar, sob o prisma da vedação do retrocesso entre os zoneamentos (ZR1-E e ZE-AIP x ZR-1 e ZR-5) .....	109
3.3.2 Da necessidade de apresentação de estudos técnicos e avaliação urbanística, quanto à alteração de zoneamento sem apresentação de ocupação e uso do solo (concepção prévia) .....	110
4 Considerações finais .....	112

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### ACÓRDÃO NA ÍNTEGRA

#### Superior Tribunal de Justiça

Agravo em Recurso Especial – Direito Tributário – IPTU – Sujeito passivo – Imóvel objeto de alienação fiduciária – Credor – Responsabilidade antes da consolidação da propriedade – Impossibilidade. Agravo em Recurso Especial nº 1.796.224/SP .....	117
---	-----

### **Superior Tribunal de Justiça**

Recurso Especial – Tributário – Execução fiscal – IPTU – Responsabilidade solidária – Promitente vendedor – Tema nº 122/STJ – Parcelamento do crédito tributário pelo promitente comprador – Presunção de renúncia à solidariedade – Artigo 282 do Código Civil – Inexistência. Recurso Especial nº 1.978.780/SP ..... 127

### **Superior Tribunal de Justiça**

Recurso Especial Repetitivo – Direito Administrativo – Improbidade administrativa – Contratação de servidor temporário – Autorização – Lei local – Dolo – Afastamento. Recurso Especial nº 1.926.832/TO ..... 139

### **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Ação Civil Pública – Contrato de empréstimo celebrado com a Caixa Econômica Federal – Garantia – Vinculação, devidamente autorizada pela Câmara de Vereadores, de recursos oriundos do Fundo de Participação do Município – Pactuação realizada no interesse do município contratante e de sua população – Custeio de obra de alcance social – Possibilidade. Remessa Necessária Cível nº 1009132-80.2020.4.01.3304 ..... 147

### **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Direito Administrativo – Ação Civil Pública – Implementação de ponto eletrônico no SUS – Obrigação que abrange apenas aos órgãos de saúde federais – Não aplicação aos entes municipais – Competência do município – Regime jurídico próprio – Improcedência do pedido. Remessa Necessária Cível nº 1000114-92.2017.4.01.3804 ..... 153

### **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Direito Administrativo – Ação Civil Pública – Fraude à exigência de concurso público – Admissão de pessoal por meio da intermediação de OSCIP – Contratação dos mesmos profissionais que eram beneficiários de contratos anteriores firmados entre o município e a entidade do terceiro setor – Desrespeitos aos requisitos previstos na Lei nº 9.790/99 e no Decreto nº 3.100/99. Remessa Necessária Cível nº 0002965-29.2007.4.02.5103/RJ.... 157

## **CONSULTAS**

### **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

Consulta – Aquisição de medicamentos pela Administração Pública para disponibilização à população – Assistência farmacêutica – Sistema Único de Saúde – Políticas públicas de saúde instituídas pelo Ministério da Saúde – Relações de medicamentos essenciais – Observância dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas – Critérios da essencialidade, segurança, qualidade e eficácia – Tabelas CMED – Órgão regulatório – Definição de preços máximos a serem praticados pelo mercado farmacêutico – Vedação de cláusulas ou condições que resultem em preferências ou restrições a potencial fornecedor ou a medicamentos de referência – Ressalvas do §2º do artigo 3º da Lei nº 9.787/99. Processo nº 1.101.663 ..... 173

EMENTÁRIO ..... 193

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS ..... 207

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES ..... 211